



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO EM 08.03.2016, ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, OBJETIVANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8514029-53.2019.8.06.0000).

AD2/TCT Nº 03/2016

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente **TJCE**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, e pela Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, através da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ nº 06.928.790/1000-56, situada na Rua Assunção, nº 1100, Bairro José Bonifácio, em Fortaleza-Ceará, neste ato representada pelo Exmo. Procurador Geral da Justiça, PLÁCIDO BARROSO RIOS, doravante denominada **PGJ**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 08/03/2016, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

**Cláusula Primeira – Do Objetivo**

Constitui objeto deste Termo alterar o Parágrafo Único do Inciso I, da Cláusula Terceira – Das Obrigações do MPCE, do TCT que tem por objetivo, em atenção à Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, *a mútua cooperação entre os partícipes para funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, que já estejam em funcionamento na Capital e no Interior e também em relação àqueles que vierem a ser instalados pelo Poder Judiciário no Estado do Ceará, doravante denominados CENTROS, com vistas a promover a solução pacífica das demandas por meio da conciliação e mediação de conflitos*, que passa a vigorar com a seguinte redação:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**“Cláusula Terceira – Das Obrigações do MPCE**

Para consecução de objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, o Ministério Público, compromete-se a:

(...)

Parágrafo Único– as intimações para emissão de pareceres serão enviadas ao Promotor de Justiça com atuação nos Centros que estejam virtualizados, por meio eletrônico, através de e-SAJ, e por intimação física, quando localizados nas demais Comarcas.”

**Cláusula Segunda – Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original que não colidirem com as ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobreditas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/Ce, 24 de OUTUBRO de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO**

**DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

  
\_\_\_\_\_  
**TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES**

**DESEMBARGADORA COORDENADORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS  
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

  
\_\_\_\_\_  
**PLÁCIDO BARROSO RIOS**

**PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_